



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 223, DE 2019

(Do Sr. Lucas Redecker e outros)

"Altera o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer novo prazo para o pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências."

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-95/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2028, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual que, somado aos recursos provenientes dos instrumentos previstos nos incisos I, II, III e IV do § 2º deste artigo, constitua montante suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial de pagamento de precatórios a que se refere este artigo, em conformidade com o plano de pagamento consolidado relativo às respectivas administrações direta e indireta, a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

.....
§ 2º.....

III - empréstimos, excetuados para esse fim as condições e requisitos exigidos em lei ou em outros atos normativos nos contratos de financiamento celebrados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com a União ou com instituições financeiras, não se lhes aplicando ainda os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei, bem como a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do caput do art. 167 da Constituição Federal;

.....
§ 4º No período de vigência do regime especial a que se refere este artigo, a União, diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, disponibilizará, sempre que demandada, em consonância com o plano de pagamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como das respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, linha de crédito especial para pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições:

I - no financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo, ao final de cada exercício financeiro, serão adotados os índices e critérios de atualização que incidem sobre o pagamento de precatórios, nos termos do § 12 do art. 100 da

Constituição Federal;

II - o financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo, ao final de cada exercício financeiro, será feito em parcelas mensais suficientes à satisfação da dívida assim constituída;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como é de ciência ampla, os precatórios são dívidas de responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, resultantes de sentenças judiciais das quais não cabem mais recursos, em que se condena o Ente Político a pagar determinada quantia aos seus credores.

O pagamento desses títulos além de se constituir uma obrigação constitucional é um fator impactante no gasto público em boa parte dos Estados e dos Municípios, comprometendo parcela significativa da receita pública, com impacto negativo para a oferta de serviços públicos em áreas de inegável relevância como nos casos da segurança pública, da atenção à saúde da população, da educação básica e dos investimentos em infraestrutura.

O alto índice de inadimplência de Estados e Municípios no passado em relação ao pagamento de precatórios motivou a edição das Emendas Constitucionais nºs 94, de 2016, e 99, de 2017, de iniciativa conjunta dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, para estabelecer um regime especial mais compatível para as finanças estaduais e municipais para o pagamento destes débitos resultantes de sentenças judiciais.

A Emenda Constitucional nº 99, de 2017, proporcionou um alívio para as finanças estaduais e municipais, ao permitir, entre outras medidas, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontrassem em mora no pagamento de seus precatórios, quitassem, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerem dentro desse período.

No entanto, o prazo acima estabelecido pela EC nº 99, de 2017, ainda não foi suficiente para permitir aos Estados, Distrito Federal e Municípios com elevados estoques de precatórios um alívio financeiro suficiente para não só honrar o pagamento destes passivos, como também para fazer frente a outros compromissos de exigibilidade incontestável, como o pagamento das respectivas dívidas com a União, o pagamento dos encargos com servidores, civis e militares, com inativos e pensionistas, e, naturalmente, com a provisão dos serviços públicos reclamados pela população.

De outra parte, apesar de ter ocorrido um aumento significativo no pagamento de precatórios pelos Entes Subnacionais nos dois últimos anos,

providência que muito beneficiou os credores de tais títulos, na comparação com os pagamentos destes débitos públicos nos períodos anteriores, verifica-se que, ao se proceder à análise do período compreendido entre 2010 e 2018, aumentou também o número de precatórios requisitados aos Estados e Municípios, de modo que a dívida com os precatórios não diminuiu, mantendo seu valor em alguns casos neste espaço de tempo.

Em razão disto, estamos submetendo a presente proposição à análise de nossos Pares para alterar o art. 101 do ADCT, na redação que lhe foi dada pela EC nº 99, de 2017, para permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarem, **até 31 de dezembro de 2028**, seus débitos vencidos e os que vencerão neste período, devidamente atualizados, depositando em conta especial do Tribunal de Justiça local, um doze avos do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para, em conjunto com os recursos provenientes dos demais instrumentos previsto no § 2º do artigo 101, a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do presente regime especial, em conformidade com plano de pagamento consolidado da administração pública direta e indireta do ente federado apresentado ao Tribunal de Justiça local.

A proposta explícita, ainda, a periodicidade e a dispensa de requisitos de contratação e endividamento aplicáveis aos empréstimos previstos como um dos instrumentos do regime especial de pagamento de precatórios no inciso III do § 2º do artigo 101 do ADCT.

Estamos convictos de que a medida interessa diretamente aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios que assim terão condições mais favorecidas para honrarem o pagamento dos precatórios, com a vantagem adicional de não colocarem em risco o pagamento de outros compromissos financeiros igualmente importantes e a prestação de serviços públicos.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 2019.

DEPUTADO LUCAS REDECKER



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Análise de Proposições - SERAP

(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(56ª Legislatura 2019-2023)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0223/2019

Autor da Proposição: LUCAS REDECKER E OUTROS

Data de Apresentação: 12/12/2019

Ementa: Altera o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer novo prazo para o pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	174
Não Conferem	010
Fora do Exercício	003
Repetidas	066
Ilegíveis	001
Retiradas	000
Total	254

Confirmadas

1	ABOU ANNI	PSL	SP
2	ADOLFO VIANA	PSDB	BA
3	AÉCIO NEVES	PSDB	MG
4	AFONSO HAMM	PP	RS
5	AJ ALBUQUERQUE	PP	CE
6	ALCEU MOREIRA	MDB	RS
7	ALCIDES RODRIGUES	PATRIOTA	GC
8	ALENCAR SANTANA BRAGA	PT	SP
9	ALEX SANTANA	PDT	BA
10	ALIEL MACHADO	PSB	PR
11	ALUISIO MENDES	PSC	MA
12	AMARO NETO	REPUBLICANOS	ES
13	ANDRÉ DE PAULA	PSD	PE
14	ANGELA AMIN	PP	SC
15	AROLDO MARTINS	REPUBLICANOS	PR
16	ARTHUR OLIVEIRA MAIA	DEM	BA
17	AUREO RIBEIRO	SOLIDARIEDADE	RJ
18	BALEIA ROSSI	MDB	SP
19	BENES LEOCÁDIO	REPUBLICANOS	RN
20	BETO PEREIRA	PSDB	MS
21	BIA CAVASSA	PSDB	MS
22	BIBO NUNES	PSL	RS
23	BOSCO COSTA	PL	SE

24	BOSCO SARAIVA	SOLIDARIEDADE	AM
25	CARLOS BEZERRA	MDB	MT
26	CARLOS HENRIQUE GAGUIM	DEM	TO
27	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
28	CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GC
29	CELSO MALDANER	MDB	SC
30	CELSO RUSSOMANNO	REPUBLICANOS	SP
31	CELSO SABINO	PSDB	PA
32	CHIQUEINHO BRAZÃO	AVANTE	RJ
33	CLARISSA GAROTINHO	PROS	RJ
34	DA VITORIA	CIDADANIA	ES
35	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
36	DANIEL COELHO	CIDADANIA	PE
37	DANIEL SILVEIRA	PSL	RJ
38	DANIEL TRZECIAK	PSDB	RS
39	DANIELA DO WAGUINHO	MDB	RJ
40	DARCI DE MATOS	PSD	SC
41	DARCÍSIO PERONDI	MDB	RS
42	DAVID SOARES	DEM	SP
43	DIEGO GARCIA	PODE	PR
44	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MC
45	DR. LEONARDO	SOLIDARIEDADE	MT
46	DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.	PP	RJ
47	EDNA HENRIQUE	PSDB	PB
48	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MC
49	EDUARDO BISMARCK	PDT	CE
50	EDUARDO COSTA	PTB	PA
51	EDUARDO CURY	PSDB	SP
52	EFRAIM FILHO	DEM	PB
53	ELI BORGES	SOLIDARIEDADE	TO
54	EMANUEL PINHEIRO NETO	PTB	MT
55	ENÉIAS REIS	PSL	MC
56	ENRICO MISASI	PV	SP
57	EUCLYDES PETTERSEN	PSC	MC
58	FAUSTO PINATO	PP	SP
59	FERNANDO COELHO FILHO	DEM	PE
60	FLÁVIO NOGUEIRA	PDT	PI
61	GEOVANIA DE SÁ	PSDB	SC
62	GIL CUTRIM	PDT	MA
63	GILBERTO ABRAMO	REPUBLICANOS	MC
64	GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP
65	GIOVANI CHERINI	PL	RS
66	GIOVANI FELTES	MDB	RS
67	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
68	GUIGA PEIXOTO	PSL	SP
69	GUTEMBERG REIS	MDB	RJ
70	HAROLDO CATHEDRAL	PSD	RR
71	HEITOR SCHUCH	PSB	RS
72	HÉLIO COSTA	REPUBLICANOS	SC

73	HERCÍLIO COELHO DINIZ	MDB	MC
74	HERCULANO PASSOS	MDB	SP
75	HILDO ROCHA	MDB	MA
76	HUGO MOTTA	REPUBLICANOS	PB
77	IGOR TIMO	PODE	MC
78	JOÃO CAMPOS	REPUBLICANOS	GC
79	JOÃO CARLOS BACELAR	PL	BA
80	JOÃO MAIA	PL	RN
81	JOÃO MARCELO SOUZA	MDB	MA
82	JORGE BRAZ	REPUBLICANOS	RJ
83	JOSÉ MEDEIROS	PODE	MT
84	JOSÉ PRIANTE	MDB	PA
85	JOSÉ RICARDO	PT	AM
86	JOSÉ ROCHA	PL	BA
87	JOSEILDO RAMOS	PT	BA
88	JULIO CESAR RIBEIRO	REPUBLICANOS	DF
89	JÚLIO DELGADO	PSB	MC
90	JÚNIOR MANO	PL	CE
91	KIM KATAGUIRI	DEM	SP
92	LAFAYETTE DE ANDRADA	REPUBLICANOS	MC
93	LINCOLN PORTELA	PL	MC
94	LUCAS REDECKER	PSDB	RS
95	LUCIO MOSQUINI	MDB	RO
96	LUIS TIBÉ	AVANTE	MC
97	LUISA CANZIANI	PTB	PR
98	LUIZ CARLOS	PSDB	AP
99	LUIZ NISHIMORI	PL	PR
100	LUIZÃO GOULART	REPUBLICANOS	PR
101	MAGDA MOFATTO	PL	GC
102	MARA ROCHA	PSDB	AC
103	MARCELO CALERO	CIDADANIA	RJ
104	MARCELO MORAES	PTB	RS
105	MÁRCIO BIOLCHI	MDB	RS
106	MÁRCIO MARINHO	REPUBLICANOS	BA
107	MARCO BERTAIOLLI	PSD	SP
108	MARCOS PEREIRA	REPUBLICANOS	SP
109	MARIA ROSAS	REPUBLICANOS	SP
110	MARIANA CARVALHO	PSDB	RO
111	MÁRIO HERINGER	PDT	MC
112	MARX BELTRÃO	PSD	AL
113	MAURO LOPES	MDB	MC
114	MILTON VIEIRA	REPUBLICANOS	SP
115	NEWTON CARDOSO JR	MDB	MC
116	NILSON PINTO	PSDB	PA
117	OSSESIO SILVA	REPUBLICANOS	PE
118	OTACI NASCIMENTO	SOLIDARIEDADE	RR
119	OTONI DE PAULA	PSC	RJ
120	PASTOR EURICO	PATRIOTA	PE
121	PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO	AVANTE	BA

122	PAULA BELMONTE	CIDADANIA	DF
123	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
124	PAULO FREIRE COSTA	PL	SP
125	PAULO GUEDES	PT	MG
126	PAULO MAGALHÃES	PSD	BA
127	PEDRO AUGUSTO BEZERRA	PTB	CE
128	PEDRO CUNHA LIMA	PSDB	PB
129	PEDRO LUPION	DEM	PR
130	PEDRO PAULO	DEM	RJ
131	PEDRO WESTPHALEN	PP	RS
132	PINHEIRINHO	PP	MG
133	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
134	PROFESSOR JOZIEL	PSL	RJ
135	RAUL HENRY	MDB	PE
136	REGINALDO LOPES	PT	MG
137	RICARDO IZAR	PP	SP
138	RICARDO TEOBALDO	PODE	PE
139	ROBERTO ALVES	REPUBLICANOS	SP
140	ROBERTO PESSOA	PSDB	CE
141	RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG
142	ROSANGELA GOMES	REPUBLICANOS	RJ
143	ROSE MODESTO	PSDB	MS
144	RUBENS BUENO	CIDADANIA	PR
145	RUBENS OTONI	PT	GC
146	RUY CARNEIRO	PSDB	PB
147	SAMUEL MOREIRA	PSDB	SP
148	SANDERSON	PSL	RS
149	SANTINI	PTB	RS
150	SARGENTO FAHUR	PSD	PR
151	SCHIAVINATO	PP	PR
152	SERGIO VIDIGAL	PDT	ES
153	SEVERINO PESSOA	REPUBLICANOS	AL
154	SHÉRIDAN	PSDB	RR
155	SILAS CÂMARA	REPUBLICANOS	AM
156	SILVIA CRISTINA	PDT	RO
157	SILVIO COSTA FILHO	REPUBLICANOS	PE
158	SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	RJ
159	SUBTENENTE GONZAGA	PDT	MG
160	TEREZA NELMA	PSDB	AL
161	TIAGO DIMAS	SOLIDARIEDADE	TO
162	TITO	AVANTE	BA
163	TONINHO WANDSCHEER	PROS	PR
164	ULDURICO JUNIOR	PROS	BA
165	VALDEVAN NOVENTA	PSC	SE
166	VANDER LOUBET	PT	MS
167	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
168	VAVÁ MARTINS	REPUBLICANOS	PA
169	VERMELHO	PSD	PR
170	VITOR LIPPI	PSDB	SP

171	WALTER ALVES	MDB	RN
172	WLADIMIR GAROTINHO	PSD	RJ
173	ZÉ SILVA	SOLIDARIEDADE	MC
174	ZÉ VITOR	PL	MC

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local. [\("Caput" do artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016, e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 99, de](#)

[2017\)](#)

§ 1º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

II - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016,](#)

§ 2º O débito de precatórios será pago com recursos orçamentários próprios provenientes das fontes de receita corrente líquida referidas no § 1º deste artigo e, adicionalmente, poderão ser utilizados recursos dos seguintes instrumentos: [“Caput” do parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016,](#) e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017\)](#)

I - até 75% (setenta e cinco por cento) dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais sejam parte os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, e as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente a 1/3 (um terço) dos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016,](#) e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017\)](#)

II - até 30% (trinta por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente aos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados, destinando-se: [“Caput” do inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016,](#) e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017\)](#)

a) no caso do Distrito Federal, 100% (cem por cento) desses recursos ao próprio Distrito Federal; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016\)](#)

b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) aos respectivos Municípios, conforme a circunscrição judiciária onde estão depositados os recursos, e, se houver mais de um Município na mesma circunscrição judiciária, os recursos serão rateados entre os Municípios concorrentes, proporcionalmente às respectivas populações, utilizado como referência o último levantamento censitário ou a mais recente estimativa populacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016,](#) e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017\)](#)

III - empréstimos, excetuados para esse fim os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do *caput* do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei, não se aplicando a esses empréstimos a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do *caput* do art. 167 da Constituição Federal; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016,](#) e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017\)](#)

IV - a totalidade dos depósitos em precatórios e requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados, com o cancelamento dos respectivos requisitórios e a baixa das obrigações, assegurada a revalidação dos requisitórios pelos juízos dos processos perante os Tribunais, a requerimento dos credores e após a oitiva da entidade devedora, mantidas a posição de ordem cronológica original e a remuneração de todo o período. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017\)](#)

§ 3º Os recursos adicionais previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no *caput* deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa transferência deverá ser realizada em até sessenta dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017\)](#)

§ 4º No prazo de até seis meses contados da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, a União, diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, disponibilizará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, linha de crédito especial para pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições:

I - no financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo serão adotados os índices e critérios de atualização que incidem sobre o pagamento de precatórios, nos termos do § 12 do art. 100 da Constituição Federal;

II - o financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo será feito em parcelas mensais suficientes à satisfação da dívida assim constituída;

III - o valor de cada parcela a que se refere o inciso II deste parágrafo será calculado percentualmente sobre a receita corrente líquida, respectivamente, do Estado, do Distrito Federal e do Município, no segundo mês anterior ao pagamento, em percentual equivalente à média do comprometimento percentual mensal de 2012 até o final do período referido no *caput* deste artigo, considerados para esse fim somente os recursos próprios de cada ente da Federação aplicados no pagamento de precatórios;

IV - nos empréstimos a que se refere este parágrafo não se aplicam os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do *caput* do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017\)](#)

Art. 102. Enquanto vigor o regime especial previsto nesta Emenda Constitucional, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos que, nos termos do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, forem destinados ao pagamento dos precatórios em mora serão utilizados no pagamento segundo a ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências dos créditos alimentares, e, nessas, as relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência, nos termos do § 2º do art. 100 da Constituição Federal, sobre todos os demais créditos de todos os anos. [\(“Caput” do artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016\)](#)

§ 1º A aplicação dos recursos remanescentes, por opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios, por ato do respectivo Poder Executivo, observada a ordem de preferência dos credores, poderá ser destinada ao pagamento mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado. [\(Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016,](#)

transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017)

§ 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quádruplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94, DE 2016

Altera o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100.

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

§ 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.

§ 18. Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata o § 17, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

I - na União, as parcelas entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios por determinação constitucional;

II - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

II - na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 19. Caso o montante total de débitos decorrentes de condenações judiciais em precatórios e obrigações de pequeno valor, em período de 12 (doze) meses, ultrapasse a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores, a parcela que exceder esse percentual poderá ser financiada, excetuada dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse financiamento a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

§ 20. Caso haja precatório com valor superior a 15% (quinze por cento) do montante dos precatórios apresentados nos termos do § 5º deste artigo, 15% (quinze por cento) do valor deste precatório serão pagos até o final do exercício seguinte e o restante em parcelas iguais nos cinco exercícios subsequentes, acrescidas de juros de mora e correção monetária, ou mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado." (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 101 a 105:

"Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, estiverem em mora com o pagamento de seus precatórios quitarão até 31 de dezembro de 2020 seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, depositando, mensalmente, em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração desse, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, à média do comprometimento percentual da receita corrente líquida no período de 2012 a 2014, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

§ 1º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

II - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 2º O débito de precatórios poderá ser pago mediante a utilização de recursos orçamentários próprios e dos seguintes instrumentos:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) do montante dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou

administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito Federal ou os Municípios, ou suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, sejam parte;

II - até 20% (vinte por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, excetuados os destinados à quitação de créditos de natureza alimentícia, mediante instituição de fundo garantidor composto pela parcela restante dos depósitos judiciais, destinando-se:

a) no caso do Distrito Federal, 100% (cem por cento) desses recursos ao próprio Distrito Federal;

b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) a seus Municípios;

III - contratação de empréstimo, excetuado dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse empréstimo a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal."

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 99, DE 2017

Altera o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, e os arts. 102, 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

§ 2º O débito de precatórios será pago com recursos orçamentários próprios provenientes das fontes de receita corrente líquida referidas no § 1º deste artigo e, adicionalmente, poderão ser utilizados recursos dos seguintes instrumentos:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou

administrativos, tributários ou não tributários, nos quais sejam parte os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, e as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente a 1/3 (um terço) dos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados;

II - até 30% (trinta por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente aos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados, destinando-se:

.....
b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) aos respectivos Municípios, conforme a circunscrição judiciária onde estão depositados os recursos, e, se houver mais de um Município na mesma circunscrição judiciária, os recursos serão rateados entre os Municípios concorrentes, proporcionalmente às respectivas populações, utilizado como referência o último levantamento censitário ou a mais recente estimativa populacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

III - empréstimos, excetuados para esse fim os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei, não se aplicando a esses empréstimos a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do caput do art. 167 da Constituição Federal;

IV - a totalidade dos depósitos em precatórios e requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados, com o cancelamento dos respectivos requisitórios e a baixa das obrigações, assegurada a revalidação dos requisitórios pelos juízos dos processos perante os Tribunais, a requerimento dos credores e após a oitiva da entidade devedora, mantidas a posição de ordem cronológica original e a remuneração de todo o período.

§ 3º Os recursos adicionais previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no caput deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa transferência deverá ser realizada em até sessenta dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade.

§ 4º No prazo de até seis meses contados da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, a União, diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, disponibilizará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, linha de crédito especial para pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições:

I - no financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo serão adotados os índices e critérios de atualização que incidem sobre o pagamento de precatórios, nos termos do § 12 do art. 100 da Constituição Federal;

II - o financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo será feito em parcelas mensais suficientes à satisfação da dívida assim constituída;

III - o valor de cada parcela a que se refere o inciso II deste parágrafo será calculado percentualmente sobre a receita corrente líquida, respectivamente, do Estado, do Distrito Federal e do Município, no segundo mês anterior ao pagamento, em percentual equivalente à média do comprometimento percentual mensal de 2012 até o final do período referido no caput deste artigo, considerados para esse fim somente os recursos próprios de cada ente da Federação aplicados no pagamento de precatórios;

IV - nos empréstimos a que se refere este parágrafo não se aplicam os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei." (NR)

Art. 2º O art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 102.

§ 1º

§ 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quántuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório." (NR)

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
